



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 4 - 16 de março de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- Disputa sobre apreensão de remédios genéricos é foco da Reunião do Conselho de TRIPS 1
- Agenda comercial de Obama fala em “desequilíbrio” das negociações de Doha e pede atenção aos temas ambientais e trabalhistas..... 3
- Orçamento de Obama sugere cortes significativos nos subsídios agrícolas..... 5

NOTÍCIA REGIONAL

- Relatório da OMC incita o Brasil a promover competitividade de mercado..... 6

BREVE MULTILATERAL

- UE aprova tarifas à importação de biodiesel dos EUA 8

BREVES REGIONAIS

- China aumenta gastos agrícolas frente à crise global 8
- Cúpula sul-africana sobre mudanças climáticas: conclusões pessimistas sobre Copenhague 9
- Cotas de produção de alimentos geram controvérsias na Venezuela..... 10
- Petrobrás investe na produção de etanol..... 11

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Fóruns Multilaterais 12
- Fóruns Regionais 13
- Informações Úteis 14

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Disputa sobre apreensão de remédios genéricos é foco da Reunião do Conselho de TRIPS

Os países em desenvolvimento (PEDs) lançaram críticas sobre a União Europeia (UE) na última semana. O grupo de países alegou que a recente atitude tomada pelo bloco de apreender um carregamento de medicamentos genéricos enviados da Índia para o Brasil violava as regras comerciais de propriedade intelectual (PI), além de prejudicar a oferta de remédios com preços acessíveis nos países pobres.

As críticas foram lançadas em uma reunião do Conselho sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizado em Genebra nos dias 3 e 4 deste mês. Os participantes do encontro enfrentaram ainda divergências em três pontos tradicionalmente controversos: (i) a extensão a todos os produtos da rígida proteção concedida a Indicações Geográficas (IGs) de vinhos e bebidas alcoólicas; (ii) a obrigatoriedade da divulgação, por parte dos requerentes de patentes, da origem de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados às suas invenções; e (iii) o estabelecimento de registro para IGs de vinhos e bebidas alcoólicas.

Manifestações de Brasil e Índia acerca da apreensão de genéricos

As discussões mais acaloradas da reunião referiram-se à apreensão de medicamentos genéricos, a qual tem motivado controvérsia desde as primeiras manchetes em jornais, publicadas em janeiro (Ver *Pontes Quinzenal*, V. 4, N. 2 - 16 fev. 2009).

A desavença teve início em dezembro, quando autoridades alfandegárias holandesas confiscaram 500 quilos do medicamento Losartan potássio, embarcado em um porto na Holanda com destino ao Brasil. As autoridades detiveram o carregamento por 36 dias antes de liberá-lo ao exportador, que enviou os remédios de volta à Índia, onde haviam sido fabricados.

Em uma reunião do Conselho Geral da OMC, no início de fevereiro, Brasil e Índia criticaram a UE por confiscar os medicamentos, utilizados para tratamento de pressão arterial elevada, sob a acusação de que a apreensão era injustificável, além do fato de que impedia que os cidadãos brasileiros tivessem acesso a remédios que poderiam salvar vidas.

O representante indiano reclamou que medidas do tipo possuem impacto negativo sistêmico sobre o comércio legítimo de medicamentos genéricos, o comércio Sul-Sul, as políticas nacionais de saúde e o princípio universal de acesso a medicamentos.

O Brasil afirmou que incidentes como este ocorrem com frequência, ao contrário de serem casos isolados, como sustentou a UE perante o Conselho Geral da OMC em fevereiro.

O representante brasileiro, por sua vez, sustentou que as autoridades holandesas não tinham o direito de apreender a mercadoria, uma vez que o medicamento em questão não é protegido por patente na Índia ou no Brasil. O fato de ser protegido por patente no país de trânsito não possuía relevância, segundo o delegado, que reputou o confisco como uma interpretação excessiva e inapropriada do direito de PI.

Roberto Azevedo, Embaixador do Brasil perante a OMC, acrescentou, ao final da reunião, que o ato não apenas viola as regras da Organização, como também opera no sentido contrário aos parâmetros negociados pelos PEDs para TRIPS com vistas a obter flexibilidades que permitam a consideração e respaldo às preocupações relativas à saúde pública dos PEDs. Contudo, Azevedo afirmou que o Brasil não decidiu se buscará solução à questão por meio da OMC.

“A fim de evitar mais apreensões ilegais de remédios genéricos em trânsito pela Europa, a

Comissão Europeia deve revisar e modificar sua regulação”, disse Sophie Bloeman, da Ação Internacional de Saúde. Ela acrescentou que a UE estava demandando provisões similares para o cumprimento de PI em seus tratados de livre comércio com os PEDs, o que poderia ser desastroso para o acesso a medicamentos nessas regiões.

Por sua vez, a UE, enfatizando o compromisso antigo com os PEDs para promover o acesso a medicamentos a baixo custo, defendeu que suas políticas se encontram em conformidade com as regras internacionais. Luc Devigne, representante da UE na reunião, declarou à Reuters: “Diversos países deveriam ser gratos às alfândegas europeias, que têm salvado muitas vidas – também nos PEDs – porque os remédios falsificados são mais difundidos nos PEDs do que nos PDs”.

Devigne acrescentou que o rígido controle feito pela UE sobre os carregamentos foi totalmente justificável em vista dos preocupantes níveis do comércio de remédios ilegais. Segundo o representante europeu, em 2007, 40% dos 76 milhões de bens pirateados e contrabandeados apreendidos pela UE foram interceptados em trânsito. Quanto ao episódio recente, ele enfatizou que as autoridades holandesas haviam detido temporariamente os remédios, e não confiscado.

A disputa destaca o conflito potencial entre as regras da OMC e a legislação europeia. Uma regulação aprovada pelo Conselho Europeu em 2003 permite as autoridades alfandegárias destruir ou tirar de circulação comercial os bens que violem o direito de PI, sem pagamento de qualquer tipo de compensação. A provisão aplica-se aos bens que estiverem apenas em trânsito pelo território europeu.

Em uma carta aos comissários europeus de comércio e alfândega, os legisladores da UE pediram que a regulação atual seja modificada de forma a prevenir que cause distorções ao comércio legítimo. No documento, salienta-se que a apreensão de remédios genéricos na UE tem se tornado um problema recorrente, como no caso da retenção de medicamentos destinados ao tratamento da AIDS por autoridades holandesas em um aeroporto de Amsterdã (em dezembro passado) desta vez com destino à Nigéria.

No âmbito multilateral, o arcabouço de PI existente (o qual inclui o Acordo TRIPS da OMC), estabelece que as patentes são territoriais e protegidas de acordo com o sistema de cada país. O remédio Losartan potássio possui patente na Europa, onde a DuPont e a Merck Sharp & Dohme detêm a patente e os direitos de comercialização da droga. Porém, o medicamento não possui patente na Índia, país de origem, ou no Brasil, onde seriam vendidos.

Um grupo de organizações não governamentais enviou uma carta ao Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, na qual requeria sua participação para facilitar um compromisso entre as partes contrárias em relação à questão. Em resposta escrita, Lamy assegurou estar disposto a servir como mediador na disputa, se os países envolvidos assim o solicitarem.

Lamy apontou: “Eu entendo que a questão tem sido explorada no nível bilateral entre os Membros envolvidos. Contudo, mantenho-me à disposição para auxiliar os Membros que requisitarem minha assistência para encontrar uma solução a um desentendimento com outros Membros, caso a controvérsia persista”.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 9 - 11 mar. 2009.

Agenda comercial de Obama fala em “desequilíbrio” em Doha

A administração Obama empreenderá esforços com vistas a “corrigir o desequilíbrio” nas negociações comerciais da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e lutará para incorporar exigências trabalhistas e ambientais mais rigorosas em acordos comerciais vigentes e futuros. Tais afirmações estão contidas em um relatório elaborado pela nova administração estadunidense, divulgado no último dia 2.

O documento intitulado *2009 Trade Policy Agenda and 2008 Annual Report* (disponível em: <[http://ictsd.net/downloads/2009/03/obama-](http://ictsd.net/downloads/2009/03/obama-trade-agenda.pdf)

[trade-agenda.pdf](http://ictsd.net/downloads/2009/03/obama-trade-agenda.pdf)>) fornece um resumo das atuais políticas comerciais dos Estados Unidos da América (EUA) e ressalta as prioridades da nova administração em matérias que vão desde tratados de investimentos até acordos de livre comércio bilaterais, além da Rodada Doha.

Segundo o relatório, “A simples redução e eliminação de tarifas não produzirão uma política comercial bem sucedida”. São identificadas outras prioridades, tais como auxiliar os trabalhadores estadunidenses para que se adaptem às mudanças da economia mundial; ou ainda analisar os efeitos da liberalização comercial sobre os países em desenvolvimento (PEDs).

Alinhada com as promessas de campanha de Obama, a agenda comercial promete colocar temas ambientais e trabalhistas como pontos centrais na elaboração da política comercial dos EUA. O relatório não propõe, contudo, uma mudança drástica na abordagem destes temas; ao contrário, parece revelar que a nova administração se esforçará para incluir provisões ambientais e trabalhistas em acordos comerciais (vigentes e futuros), bem como para trabalhar, no nível multilateral, dentro dos limites das instituições existentes.

“Desequilíbrio” na OMC

O relatório deixa claro que a equipe de Obama terá um papel ativo e potencialmente controverso no plano multilateral. A administração estaria pronta a alcançar um acordo na Rodada Doha, segundo o relatório, mas apenas sob a condição de que os EUA obtenham mais concessões dos demais parceiros.

“Será necessário corrigir o desequilíbrio nas atuais negociações, nas quais o valor das concessões dos Estados Unidos seria conhecido e facilmente calculado, enquanto as amplas flexibilidades disponíveis aos demais [Membros da OMC] tornariam incerto o valor de novas oportunidades para nossos trabalhadores, fazendeiros, estancieiros e executivos [estadunidenses]”, afirma o relatório.

O relatório identifica economias emergentes de destaque, com referências ao Brasil, China e Índia como os principais candidatos ao aprofundamento

de concessões almejado por Washington. Os mercados emergentes teriam que assumir responsabilidades adicionais advindas de sua crescente influência na economia global, assumindo compromissos que possam resultar em um aumento significativo dos fluxos comerciais.

Questionado acerca da agenda proposta, Roberto Azevedo, embaixador brasileiro perante a OMC, demonstrou não estar surpreso com a posição dos EUA. “Posso dizer exatamente o mesmo: espero que os outros dêem maiores contribuições – o que está no pacote não é suficiente para o Brasil”, que gostaria de receber mais dos outros.

NAFTA e TLCs: questões ambientais e trabalhistas são essenciais

No âmbito regional, o relatório afirma que a administração estadunidense trabalhará em conjunto com México e Canadá para identificar modos de aprimorar o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), sem que efeitos adversos ao comércio sejam produzidos. Tornar o NAFTA mais benéfico aos trabalhadores e empresários dos EUA foi uma promessa de campanha de Obama – a qual causou desconforto tanto ao Norte quanto ao Sul das fronteiras do país.

Uma das possíveis reformas, apoiadas pelo governo Obama, seria a incorporação dos acordos adjacentes ao NAFTA em matéria de meio-ambiente e padrões trabalhistas ao texto do acordo principal. Obama levantou esta possibilidade em conjunto com o Primeiro-Ministro Canadense, Stephen Harper, em fevereiro.

A agenda comercial também enfatiza a importância de incluir critérios ambientais e trabalhistas mais rigorosos nos acordos comerciais bilaterais dos EUA. “Precisamos garantir que a expansão do comércio não ocorra às custas do bem-estar dos trabalhadores e que a competitividade não seja fundada na exploração destes. Incluir provisões relativas a padrões trabalhistas em alguns de nossos TLCs é uma forma de avançar nesse sentido”, defendeu o relatório.

O relatório também deixa claro que o governo Obama não pretende deixar acordos já negociados envelhecerem nos corredores do Congresso estadunidense, à espera de aprovação. O relatório afirma que o Executivo pretende obter a aprovação do TLC com o Panamá dentro de um período relativamente breve, bem como pretende estabelecer metas para o progresso das negociações dos TLCs com a Colômbia e a Coreia do Sul.

Considera, ainda, que o TLC com a Colômbia enfrentará maiores desafios, diferentemente do acordo com o Panamá, que possui grandes chances de receber a aprovação do Senado estadunidense.. O texto do acordo com a Colômbia foi criticado por grupos de defesa dos direitos dos trabalhadores nos EUA, bem como por alguns congressistas democratas, sob o argumento de que não faz o bastante para impedir abusos aos direitos trabalhistas no país andino. O TLC com a Coreia do Sul também enfrentará fortes disputas no Congresso, vez que a indústria automotiva dos EUA já anunciou forte oposição ao acordo.

Obama promoverá TPA com as limitações adequadas

Seja no âmbito bilateral, regional ou multilateral, um instrumento essencial a qualquer Presidente dos EUA é a autorização para negociar acordos comerciais e apresentá-los ao Congresso para um voto de aceitação ou rejeição, sem a possibilidade de emendas ou protelações. Este mecanismo, conhecido como *fast-track* ou *trade promotion authority* (TPA), não é acionado de maneira automática, mas requer o voto da maioria dos membros de ambas as casas do Congresso para sua aprovação. Alguns legisladores hesitam em conceder tanta autoridade ao executivo em negociações internacionais.

A agenda comercial de Obama demonstra sua intenção de solicitar a TPA ao Congresso, mas com ao estabelecimento de certos limites. O documento afirma que apenas será solicitada a aprovação da TPA após a realização de extensas consultas junto ao Congresso acerca das limitações adequadas a este mecanismo. Ainda, afirma que tal solicitação só será feita após a definição das prioridades do governo

estadunidense, e após a comunicação clara ao Congresso e ao povo estadunidense sobre o que o governo pretende fazer com a aprovação deste instrumento.

A história revela de maneira clara que a TPA pode impulsionar o andamento das negociações comerciais. Utilizando-se da TPA, o então Presidente Bill Clinton conseguiu a aprovação do NAFTA junto ao Congresso dos EUA, bem como a aprovação dos acordos da Rodada Uruguai, que criaram a OMC. De modo similar, a administração Bush beneficiou-se da TPA por cinco anos (2002 a 2007), período em que conseguiu o apoio do Congresso para TLCs com o Chile, Cingapura, Austrália, Marrocos, Bahrein e Omã, assim como para o acordo com a América Central e a República Dominicana (CAFTA-DR, sigla em inglês).

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 8 - 04 mar. 2009.

Orçamento de Obama sugere cortes significativos nos subsídios agrícolas

Como parte dos esforços para enfrentar os crescentes déficits orçamentários decorrentes do aumento nos gastos governamentais, o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama, espera reduzir em bilhões de dólares os subsídios concedidos ao setor agrícola ao longo da próxima década.

A proposta de orçamento da nova administração, divulgada no início do mês, eliminaria os chamados pagamentos diretos a agricultores com receita anual superior a US\$ 500 mil. Atualmente, tais incentivos têm como base a área da propriedade, independentemente de esta se encontrar em produção. Ademais, o novo regime limitaria a US\$ 250 mil os pagamentos referentes a programas de *commodities*, sob o argumento de que esse patamar máximo ajudaria a garantir que os pagamentos sejam feitos apenas aos que realmente necessitem de apoio.

Também na mira dos cortes encontram-se o apoio ao armazenamento de algodão e a comercialização de produtos de marca no exterior. Por outro lado, seriam aumentados os recursos destinados à conservação, segurança alimentar, projetos de energia renovável para a zona rural e esquemas de nutrição infantil.

Em seu primeiro discurso ao Congresso na semana passada, Obama prometeu “eliminar os pagamentos a grandes produtores agrícolas que não necessitam deles”.

Se, por um lado, o Presidente detém a prerrogativa de apresentar um plano orçamentário, cabe ao Congresso determinar a versão final deste. Assim, o resultado da tramitação parlamentar pode ser absolutamente distinto da proposta apresentada pela Casa Branca.

É nítida a dificuldade em reduzir o gasto com agricultura, uma vez que o tema enfrenta resistência de ambos os partidos pelos representantes dos Estados agrários no Congresso. Exemplo disso é a atual lei agrícola do país, pautada nos subsídios: a administração Bush havia tentado cortar os estímulos às fazendas cuja renda anual fosse superior a US\$ 200 mil. Porém, após a aprovação, fazendeiros individuais com renda superior a US\$ 750 mil e fazendeiros casados com renda familiar até o dobro desse valor permaneceram elegíveis para alguns tipos de pagamentos.

Parte dos democratas e republicanos dos Estados agrários mostrou-se contrária à alteração da lei aprovada em 2008, com vigência de cinco anos. O presidente do influente Escritório da Federação Agrária dos EUA, Bob Stallman, alertou que cortes mais profundos nos incentivos agrícolas teriam impacto dramático na esfera da agricultura e certamente reduziriam atividades econômicas relevantes, sem que isso resultasse em diminuição significativa nos déficits.

De acordo com o jornal *The New York Times*, cerca de 116 mil das 2,2 milhões de fazendas tiveram receitas acima de US\$ 500 mil em 2007. Interromper os pagamentos diretos a esses produtores implicaria economia de US\$ 9,8 bilhões na próxima década. O orçamento da

administração Obama prevê que os cortes poupariam US\$ 15 bilhões.

Além da aprovação de tetos mais rígidos por meio do Congresso, uma questão crítica será a estruturação das regras para limites de pagamentos. Michael Roberts, economista em agricultura da Universidade Estadual da Carolina do Norte, apontou em seu *site* que fazendeiros com receita elevada costumam burlar os limites de pagamentos por meio de artifícios de contabilidade. Uma das manobras utilizadas pelos produtores consiste em dividir as fazendas em diversos lotes.

Sandra Schubert, diretora de relações governamentais do Grupo de Trabalho Ambiental, entidade não-lucrativa que monitora os gastos em subsídios agrícolas, defendeu que regras claras poderiam reduzir a capacidade dos produtores de ludibriar o sistema. Porém, os detalhes completos sobre os planos da Casa Branca ainda não foram divulgados.

Os gastos agrícolas dos EUA têm representado um entrave à combatida Rodada Doha de negociações multilaterais na Organização Mundial do Comércio (OMC). Diversos parceiros comerciais dos EUA têm demandado cortes significativos nos limites de gastos do país.

No entanto, para Dan Summer, especialista em política comercial agrícola da Universidade da Califórnia, cortes nos pagamentos diretos não teriam repercussão relevante para as negociações da Rodada Doha. Com efeito, os pagamentos diretos não representam o tipo mais controverso de subsídios. Desde que cumpram os requisitos da OMC de não vinculação ao tipo ou volume de produção, eles enquadram-se na categoria de pagamentos “caixa verde”, os quais são isentos de redução. Os tipos mais polêmicos de subsídios variam com as taxas do mercado mundial: aumentam à medida que os preços caem, o que resulta em distorção ao comércio e às decisões produtivas.

Outros países, entretanto, comemoraram o sinal de que os EUA estejam dispostos a reduzir qualquer tipo de pagamento agrícola, ainda que motivados primordialmente por preocupações com o orçamento. O Ministro da Agricultura do

Canadá, Gerry Ritz, descreveu a iniciativa estadunidense como um passo que colaboraria para revitalizar as negociações da Rodada, porém insuficiente se considerado isoladamente.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 8 - 04 mar. 2009.

NOTÍCIA REGIONAL

Relatório da OMC incita o Brasil a promover competitividade de mercado

Apesar das recentes reformas econômicas, o Brasil deveria promover a competitividade de mercado e evitar o protecionismo para ajudar a manter seu crescimento sustentado, segundo o relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a revisão das políticas comerciais brasileiras, divulgado na semana passada. Com tal finalidade, Brasília deveria reduzir proibições às importações e ajudar a garantir maior previsibilidade ao investimento estrangeiro e ao comércio, segundo o relatório.

O Órgão de Revisão das Políticas Comerciais, que se reuniu entre 9 e 11 de março para discutir o relatório, elogiou o Brasil pelo contínuo forte desempenho econômico, pela queda nas taxas de desemprego, pelas exportações crescentes e diversificadas, assim como pela diversificação em mercados de exportação. Segundo o relatório, tais reformas contribuiriam para as altas taxas de crescimento experimentadas pela economia brasileira – de 4,5% ao ano entre 2004 e 2007, com a impressionante marca de 6,3% de crescimento nos 12 meses imediatamente anteriores a setembro de 2008. Contudo, a inflação e as altas taxas de juros colocam-se como um problema ao potencial de crescimento do Brasil e deveriam ser monitoradas e controladas atentamente, de acordo com as recomendações do relatório da OMC.

O relatório apresenta dados sobre a economia brasileira, situando o país como um dos mais

dinâmicos do mundo em termos comerciais. Segundo a OMC, Brasília reconhece há tempos o sistema comercial multilateral como uma forte prioridade em sua política de comércio. O relatório também destaca a produção brasileira de etanol – a segunda maior do mundo, que faz do país o maior exportador do combustível – que teria aumentado em média 11,7% ao ano desde 2003, alcançando quase 27 milhões de metros cúbicos em 2008. Dentre os temas da política comercial brasileira questionados pelo relatório, dois tomam destaque: as barreiras tarifárias aplicadas pelo país e as linhas de crédito à exportação.

A OMC constatou que, desde o último relatório, o país aumentou a sua proteção tarifária global de 10,4% para 11,5% – razão pela qual a Organização solicita ao país uma redução tarifária efetiva. Tal aumento se deve majoritariamente à elevação de 1,1% nas tarifas médias aplicadas a produtos não-agrícolas, situadas em 11,6%. As maiores tarifas aplicadas pelo Brasil estão situadas em 35%, e se aplicam a 4% das linhas tarifárias – o que inclui pneus, têxteis, vestuário e automóveis. Ressalta-se que o emprego de picos e a escalada nas tarifas aumentam a proteção tarifária. Diante de tais observações, o Embaixador brasileiro perante a OMC, Roberto Azevedo, afirmou que o alto percentual das tarifas brasileiras é muito pequeno e teria exercido pouca influência sobre as importações do país – que cresceram 179% no período 2004-2007.

Também suscitaram discussões as medidas brasileiras acerca de financiamento, seguro e garantia de exportações – dentre as quais se situam o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e o BNDES-Exim, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O relatório levanta a suspeita de que possam se tratar de subsídios ilegais, vez que relacionados em certos casos a requisitos de conteúdo nacional. O relatório também expõe a grande relevância do crédito oficial ao financiamento da produção e dos investimentos no Brasil – o crédito oficial somaria 30% do crédito total concedido no Brasil, praticando-se taxas consideravelmente inferiores ao mercado interno.

Neste ponto, o relatório recebeu críticas de entidades empresariais brasileiras. Mário Marconini, diretor de relações internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), reclamou da falta de contexto e perspectiva das observações contidas no relatório e ressaltou as dificuldades em se produzir no Brasil. Para ele, o financiamento estatal não seria um subsídio, mas a medida que mais se aproximaria do custo médio mundial.

No geral, o relatório foi bem recebido pelos parceiros comerciais do Brasil, que dirigiram mais elogios do que críticas às políticas do país. Os Estados Unidos da América (EUA) qualificaram o Brasil como “um verdadeiro *global trader*”; a China afirmou que o Brasil é um exemplo a ser seguido na luta contra o protecionismo e na reação à crise global. Por sua vez, a União Europeia (UE) conclamou o país a resistir ao protecionismo, mas demonstrou preocupações acerca das barreiras comerciais, encorajando o país a alinhar suas políticas comerciais com padrões internacionais.

“Infelizmente, não se sabe muito sobre a política comercial regional do Brasil” – afirmou um oficial da Comissão de Comércio da UE. “Como todos sabemos, a transparência é um pilar essencial na OMC e nós convocamos o Brasil a cumprir suas obrigações no que diz respeito à notificação de suas iniciativas comerciais regionais à OMC”, concluiu o europeu.

A OMC examina a política comercial de cada um de seus Membros em intervalos regulares, monitorando os desenvolvimentos recentes que possam exercer um impacto sobre o sistema comercial global. Em cada revisão, são preparados dois documentos: um relatório elaborado pelas autoridades nacionais do Membro cujas políticas estão sendo revistas, e um relatório detalhado, elaborado de maneira independente pelo secretariado da OMC. Ambos os documentos são discutidos durante a reunião do Órgão de Revisão das Políticas Comerciais, que conta com a presença de todos os Membros da Organização. Esta é a quinta vez que a política comercial brasileira foi avaliada – a última avaliação data de 2004.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 9 - 11 mar. 2009.

Fontes consultadas:

Folha de São Paulo. *Protecionismo preocupa parceiros do país*. (09/03/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=554391>. Acesso em: 15 mar. 2009.

O Estado de São Paulo. *Brasil vai ser sabatinado na OMC sobre práticas comerciais*. (09/03/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=554410>. Acesso em: 15 mar. 2009.

Valor Econômico. *Fiesp rebate críticas feitas pela OMC ao Brasil*. (09/03/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=554461>. Acesso em 15 mar. 2009.

Valor Econômico. *OMC pede para o Brasil reduzir tarifas de importação*. (10/03/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=554643>. Acesso em: 15 mar. 2009.

BREVE MULTILATERAL

UE aprova tarifas à importação de biodiesel dos EUA

Na tentativa de apoiar sua combatida produção doméstica de biodiesel, os governos dos países europeus votaram, no último dia 3, a imposição de direitos anti-*dumping* e anti-subsídios sobre a importação de biodiesel proveniente dos Estados Unidos da América (EUA).

Autoridades comerciais estadunidenses afirmaram que 20 dos 27 governos europeus que participaram da votação informal apoiaram a imposição de direitos anti-subsídios (medidas compensatórias), enquanto 17 governos votaram a

favor dos direitos anti-*dumping*. Apenas Bélgica, Dinamarca e Suécia votaram contra os direitos anti-subsídios. Os demais países abstiveram-se da votação.

A partir de 13 de março, incidirão sobre as importações do biodiesel estadunidense taxas que variam entre € 26 e 41 por 100kg. Após seis meses de aplicação das taxas, a Comissão Europeia poderá propor que estas sejam adotadas em caráter permanente. Tal medida teria de ser aprovada pelos governos da UE.

A aprovação de tais medidas foi muito bem recebida pelos produtores de biodiesel europeus, segundo os quais o apoio concedido pelos EUA à indústria doméstica de biodiesel tornou a produção europeia muito menos competitiva em seu próprio mercado (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, 25 fev. 2009, <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/41654/>>).

Para Raffaello Garofalo, secretário do Conselho Europeu de Biodiesel, a decisão contribuirá para o restabelecimento das condições de igualdade e para a erradicação dos preços artificiais criados pelos produtores dos EUA. “Independentemente da ação dos EUA – mesmo perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) – nossa queixa e nosso caso estão bem fundamentados”, afirmou Garofalo.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 8, 4 mar. 09.

BREVES REGIONAIS

China aumenta gastos agrícolas frente à crise global

A resposta da China à crise econômica global, um pacote de estímulo de US\$ 585 bilhões que serão aplicados ao longo de dois anos, inclui aumento

nos gastos agrícolas em cinco vezes, passando de US\$ 18 bilhões a US\$ 106 bilhões. Estima-se que o governo chinês gastará aproximadamente US\$ 26 bilhões para estocar *commodities* como grãos e óleos comestíveis.

A população rural da China – cerca de 700 milhões de habitantes – depende fortemente da agricultura como fonte de renda e subsistência. Ainda que a economia chinesa tenha crescido a dois dígitos na última década, os índices de crescimento da renda rural variaram apenas entre 6 e 8%. De modo similar, o aumento da produção agrícola – por exemplo, de grãos – não acompanhou os altos índices de crescimento, variando entre 0,7 e 9% nos últimos cinco anos.

Cabe destacar que alguns especialistas atribuem o aumento observado na produção agrícola da China às colheitas abundantes, e não a melhorias na produtividade agrícola doméstica. Profissionais do setor privado como Liu Yonghao, presidente do Grupo New Hope, o maior produtor agrícola da China, acreditam que o país precisa “aumentar a produtividade rural antes de aumentar o consumo rural”.

O aumento do consumo rural tem constituído importante componente dos planos de Pequim para manter o crescimento econômico. Para este fim, foi incluída no pacote de estímulo uma série de medidas sobre subsídios para equipamentos eletrônicos e outros bens. O governo também buscou tratar do desemprego, uma vez que a renda obtida por trabalhadores migrantes contribui para mais da metade da renda de toda a população rural, de acordo com Song Hongyuan, diretor do Centro de Pesquisa para a Economia Rural no Ministério da Agricultura. Aproximadamente 10 milhões de trabalhadores migrantes já perderam seus empregos como resultado da crise econômica global.

Além do declínio na renda rural, a política agrícola do governo também se fundamenta em preocupações relacionadas a segurança alimentar. O pacote de estímulo econômico contém muitas provisões sobre o uso de energia renovável, mas permanece incerto se as práticas agrícolas intensivas observadas atualmente serão alteradas. Segundo Lin Erda, da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas, o rendimento agrícola

declinará cerca de 14 a 23% em 2050 se o consumo de água e a degradação ambiental não forem tratados.

Comparativamente a outros Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), a China concede poucos subsídios agrícolas. A Estimativa de Porcentagem de Apoio ao Produtor – indicador da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que busca ilustrar o nível de concessão de subsídios agrícolas – do país atualmente está em torno de 7%. Por outro lado, os países desenvolvidos (PDs) que figuram entre os principais produtores agrícolas – tais como os Estados Unidos da América (EUA) e os Membros da União Europeia (UE) – possuem, em média, 18 e 33%, respectivamente. Grandes fornecedores de subsídios, por exemplo, Suíça e Noruega, apresentam estimativas em torno de 70%.

A forma com que o pacote de estímulo chinês será utilizado pode ser mais importante do que sua escala. A combinação correta de políticas pode evitar uma crise alimentar futuramente e tornar a capacidade de produção agrícola doméstica “mais verde”. No entanto, um deslizamento pode conduzir à diminuição do nível de emprego e renda na China rural.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 9 - 11 mar. 2009.

Cúpula sul-africana sobre mudanças climáticas: conclusões pessimistas sobre Copenhague

Após reunião sobre mudanças climáticas em Johannesburgo, África do Sul, oficiais sul-africanos concluíram que um acordo abrangente em Copenhague no final deste ano é improvável, haja vistas os interesses divergentes entre países desenvolvidos (PDs) e países em desenvolvimento (PEDs).

A cúpula que ocorreu entre os dias 3 e 6 de março teve início com tom otimista. O Ministro do Meio Ambiente e Turismo da África do Sul, Marthinus van Schalkwyk, pediu aos participantes que não

descartassem a possibilidade de que a reunião em Copenhague resulte em um sucessor ao Protocolo de Quioto. Schalkwyk ressaltou a importância de que o acordo que será discutido no final do ano apresente vinculações legais, as quais também devem ser aplicadas às decisões sobre financiamento e transferência de tecnologia.

Diferentemente do Ministro, alguns analistas acreditam que será difícil obter compromissos dos principais PEDs e de PDs como os Estados Unidos da América (EUA). O Acordo de Quioto, vigente atualmente, não possui nenhuma vinculação legal (*binding commitment*) de PEDs, motivo pelo qual os EUA insistiram, em ocasiões passadas, que seu comprometimento a um acordo sobre mudanças climáticas dependeria do nível de participação dos principais PEDs, por exemplo, China e Índia. Estes, por sua vez, afirmam que não podem se comprometer a reduzir suas emissões sem que obtenham dos PDs compromissos significativos em transferência de tecnologia.

A África do Sul – a maior economia africana e o mais importante emissor de dióxido de carbono do continente – opõe-se fortemente a qualquer acordo que divida os PEDs em dois grupos distintos: defende que os PEDs sejam tratados de maneira similar.

O país africano é conhecido por sua liderança na luta contra as mudanças climáticas. No entanto, os oficiais reunidos em Johannesburgo afirmaram que preferiam perseguir seus objetivos unilateralmente, ao invés de aceitarem uma agenda imposta por meio de um acordo em Copenhague.

Oficiais afirmaram também que a falta de clareza na posição dos EUA relativa às mudanças climáticas – apesar das recentes sinalizações de proatividade na abordagem dessa temática – está comprometendo um possível acordo em Copenhague. Diversos países estão à espera da definição do alcance dos compromissos estadunidenses para formularem suas próprias posições.

Apesar disso, a África do Sul sugere um compromisso que modificaria o acordo atual. Sandea de Wet, uma das representantes do país, afirmou que seria ideal permanecer com o acordo

de Quioto e apenas emendá-lo. No entanto, não acredita que a União Europeia estaria de acordo com tal procedimento sem que haja um compromisso da parte dos EUA.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes* Vol. 9 No. 4 - 6 mar. 2009.

Cotas de produção de alimentos geram controvérsias na Venezuela

Sob a alegação de ameaça de uma nova crise de desabastecimento na Venezuela, o Presidente Hugo Chávez, impôs quotas de produção para determinados alimentos por meio da Resolução N° 474, emitida em 3 de março último. A medida estabeleceu patamares mínimos de produção a 12 produtos, dentre os quais açúcar, arroz branco, café em grão, farinha de milho, leite, margarina, maionese, massa, molho de tomate, óleos comestíveis e queijos. Os produtores terão 90 dias para garantir que, pelo menos, 70% de sua produção seja voltada a estes produtos – esse patamar chega a 95% em alguns casos, por exemplo, óleos comestíveis, açúcar, café em grão, queijos e molho de tomate.

Segundo representantes do governo, a decisão justifica-se na observação de que alguns produtores têm reduzido o ritmo de fabricação de produtos alimentícios cujo preço é controlado pelo governo desde 2003, a fim de se dedicarem a itens livres do tabelamento. "Nenhuma empresa pode estar acima do bem-estar de milhões de venezuelanos apenas pelo interesse capitalista", afirmou o Superintendente Nacional de Armazéns, Silos e Dependências Agrícolas, Carlos Osorio.

No caso do arroz, as fábricas produziam variedades que escapavam ao controle dos preços, como o arroz integral. A partir da Resolução, as empresas produtoras de arroz deverão dedicar 80% de sua produção ao arroz branco e vendê-lo a preço regulado pelo governo venezuelano – US\$ 1,0 por quilograma. Para vender o arroz branco ao preço estipulado e garantir uma margem mínima de lucro, as empresas afirmam que devem

comprar o produto dos agricultores a menos de US\$ 0,40. Segundo alguns depoimentos, entretanto, há quatro anos não se consegue arroz a esse preço junto aos agricultores.

As reações no setor foram enérgicas. Luis Carmona, gerente de operações da Polar, maior produtora de alimentos do país, destacou que obrigar as empresas a vender a preço inferior ao de custo não resolve o problema, mas sim o agrava. Guillermo Bolinaga, representante jurídico da empresa, atentou para o artigo 112 da Constituição da Venezuela, o qual garante o direito à liberdade de empresa e à liberdade econômica.

Ainda, os produtores de alimentos diretamente afetados pela Resolução enfatizaram que o controle de preços imposto pelo governo não foi reajustado em conformidade com a inflação no país. Em 2008, ao final do qual o índice de inflação chegou a 30,7%, o preço dos alimentos aumentou, em média, 47%. No entanto, esse aumento não se verificou nos produtos incluídos no tabelamento imposto pelo governo desde 2003. De acordo com previsões, a dificuldade de algumas empresas em resistir a essa pressão conduzirá o país a uma grande crise no setor produtivo, resultado contrário à intenção do governo venezuelano de resolver o problema de abastecimento no país.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

El Tiempo. *Gobierno venezolano impone cuotas de producción de alimentos.* (04/03/2009).

Folha de São Paulo. *Chávez impõe cotas para produção de alimentos.* (04/03/2009). 1i.

Gazeta Mercantil. *Chávez eleva controle de preços de alimento.* (04/03/2009). 1t.

Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información del Gobierno Bolivariano de Venezuela. *Reforma de Ley especial de defensa popular contra el acaparamiento, la especulación, el boicot y cualquier otra conducta que afecte el consumo de los alimentos o productos declarados de primera necesidad o sometidos a control de precios.* (04/03/2009).

Disponível em:
<<http://www.minci.gob.ve/leyes/63>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

Valor Econômico. *Chávez impõe cota para produção de alimento.* (04/03/2009). 1v.

Petrobrás investe na produção de etanol

Interessada em aumentar sua participação no mercado do etanol, a multinacional brasileira Petrobrás tem buscado diversificar os esforços no que toca à produção e destinação do combustível. Ao mesmo tempo em que inicia a venda de etanol misturado à gasolina aos postos do Japão, a empresa divulga planos de expandir a comercialização para o mercado interno brasileiro.

Em parceria com a distribuidora japonesa Japan Alcohol Trading, a Petrobrás formou a *joint venture* Brazil Japan Ethanol (BJE), com o intuito de promover o etanol e mostrar sua viabilidade em termos de eficiência e sustentabilidade perante a comunidade empresarial local.

A parceria, iniciada em 2006, voltou-se primeiramente ao abastecimento da atividade industrial. Com a liberalização, pelo governo japonês, da mistura do etanol à gasolina para abastecimento de veículos, a BJE decidiu instalar uma usina na cidade de Sodegaura para a fabricação do combustível batizado de E3, que contém 3% de etanol – no Brasil, essa porcentagem chega a 25%. Estima-se que a nova instalação produza até 3 milhões de litros de E3 por mês para distribuição direta nos postos. O projeto conta, ainda, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente japonês.

Dos 500 milhões de litros importados anualmente pelo Japão, 76% proveem do Brasil. Frente ao estímulo crescente do governo nipônico ao consumo de biocombustível como parte do planejamento estratégico para reduzir as emissões de carbono, analistas preveem que a demanda do país atinja a marca de 12 bilhões de litros por ano.

A tradição brasileira na produção de etanol, alavancada na década de 70 pelos programas governamentais de incentivo, colocaram o país em vantagem comparativa em relação aos concorrentes exportadores. A Petrobrás pretende utilizar a posição de referência do país em termos de tecnologia e eficiência na produção do biocombustível para propulsionar seu projeto de expansão.

Nesse sentido, a empresa espera que o projeto Sodegaura sirva como posto de comercialização do etanol para outros países asiáticos, dos quais espera decisões governamentais favoráveis à liberalização. O exemplo do Japão revela o potencial de expansão do uso de energia proveniente de fontes renováveis: enquanto no Brasil este tipo de fonte responde por 46% da matriz energética, no parceiro asiático a participação corresponde a apenas 4,7%.

Paralelamente ao projeto de expansão da produção e venda de etanol no exterior, a Petrobrás anunciou sua intenção de aumentar a participação no mercado interno brasileiro. Segundo o presidente da Petrobrás Biocombustíveis, Alan Kardec, a atuação da empresa no segmento, vista tradicionalmente com resistência pelos usineiros, tem recebido apoio do setor empresarial. O executivo enfatizou, nesse sentido, que a estatal pretende atingir 20% do crescimento do volume da demanda previsto para esse ano, sem avançar sobre a divisão atual. Com isso, espera-se evitar conflito com os interesses dos usineiros.

A Petrobrás estipulou como meta a celebração de quatro parcerias para a construção de usinas de etanol ainda no primeiro semestre, nas quais a participação de seu capital não deverá ultrapassar os 20%. Contudo, Kardec admitiu que, em virtude da crise econômica mundial, alguns projetos de expansão no mercado interno e externo foram postergados para 2015.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Agência Petrobras de Notícias. *Petrobrás começa a produzir gasolina com 3% de etanol no Japão.* (03/03/2009). Disponível em:

<http://www.agenciapetrobrasdenoticias.com.br/materia.asp?id_editoria=11&id_noticia=6207>. Acesso em: 11 mar. 2009.

Agência Brasil. *Petrobras quer participar do mercado interno de produção de etanol.* (04/03/2009). Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/03/04/materia.2009-03-04.9363591927/view>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

O Estado de São Paulo. *Petrobrás investe em etanol para japoneses.* (28/12/2008). Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2008/12/28/eco-1.93.4.20081228.15.1.xml>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

O Estado de São Paulo. *Petrobrás inicia venda de álcool no Japão.* (04/03/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=552600>. Acesso em: 04 mar. 2009.

Reuters. *Petrobras venderá também no Brasil etanol que produzirá.* (04/03/2009). Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/ultnot/2009/03/04/ult29u66118.jhtm>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

09 de março

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Brasil

10 de março

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia

12 de março
Reunião do Comitê sobre Agricultura

13 de março
Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

16 a 17 de março
Workshop sobre o Papel dos padrões internacionais no desenvolvimento econômico

18 a 19 de março
Reunião do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio

19 de março
Reunião do Grupo de Trabalho sobre a acessão da Bósnia e Herzegovina

20 de março
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça.

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>

10 a 11 de março
Reunião de especialistas sobre corrente predominante em políticas comerciais

17 a 19 de março
Reunião de especialistas sobre serviços, desenvolvimento e comércio: a dimensão regulatória e institucional

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>.

Informações:
<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>.

09 a 11 de março
Reunião Ordinária da Comissão de Comércio Montevidéu, Uruguai

09 a 13 de março
Reunião do Comitê Técnico N° 1 sobre Tarifas, Nomenclaturas e Classificação de Mercadorias Assunção, Paraguai

10 de março
Reunião do Subgrupo de Trabalho N° 8 sobre Agricultura Montevidéu, Uruguai

13 a 14 de março
Reunião das Agências Nacionais de Acreditação São Paulo, Brasil

17 de março
Reunião da Comissão Técnica N° 3 sobre Normas e Disciplinas Comerciais Assunção, Paraguai

Cepal

Local: Santiago, Chile.

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.

09 de março
Seminário Diálogo da América Latina e Caribe sobre o caminho para Copenhague – a negociação sobre mudanças climáticas em 2009

11 de março
Mesa redonda de especialistas sobre boa governança corporativa nos negócios e desenvolvimento dos mercados de capitais

Seminário Mudanças climáticas: os desafios para o crescimento do Chile e América Latina

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

13 de março
Mesa redonda sobre desenvolvimento sustentável
Paris, França

16 a 17 de março
Workshop Padrões Internacionais para promover
a eficiência energética e reduzir as emissões de
carbono
Paris, França

17 a 19 de março
Conferência sobre Parcerias de Sucesso para o
desafio de crescimento da África, Dar es Salaam,
Tanzânia.

18 a 19 de março
Seminário Petróleo: estabilidade e sustentabilidade
no futuro
Viena, Áustria

Informações Úteis

Encontro anual da ASIL

O encontro anual da Sociedade Americana de Direito Internacional (ASIL, sigla em inglês) ocorrerá entre os dias 25 e 28 de março em Washington DC, EUA. A edição de 2009 do evento será organizada em torno da temática “International Law as Law”. A programação do encontro é fechada, ou seja, não há chamada para submissão de artigos. As informações sobre custos serão disponibilizadas em breve no site da ASIL. Para mais informações: <<http://www.asil.org/annual-meeting.cfm>>.

Encontro da Law and Society Association

A Associação de Direito e Sociedade (Law and Society Association) realizará seu encontro anual entre os dias 28 e 31 de maio em Denver, EUA. Embora o prazo para o envio de trabalhos tenha sido encerrado, ainda é possível realizar a inscrição para comparecer ao evento. Para mais

informações, ver:
<<http://www.lawandsociety.org/>>.

Projeto Pensando o Direito está com inscrições abertas

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL) abriram inscrições para o Projeto Pensando o Direito (BRA/07/004), relativo à Democratização de Informações no Processo de Elaboração Normativa. Os interessados em participar devem enviar suas propostas de projeto até 13 de março. Para mais informações, ver: <<http://www.mj.gov.br/sal>>.

Programa de pesquisador visitante da Universidade d’Auvergne

A Universidade d’Auvergne (França) abriu vagas para jovens pesquisadores em pós-doutorado nas áreas de Direito e Ciência Política, Economia e Gestão. As bolsas totalizam € 23.497,20 para o período de permanência máximo, equivalente a 12 meses. O prazo para envio de candidaturas estende-se até 31 de março. Para mais informações, ver: <<http://www.uclermont1.fr/appe-d-offres-srv.html>>.

Direito GV contrata pesquisadores em áreas diversas

A Coordenadoria de Pesquisas da Direito GV abriu processo seletivo para a contratação de pesquisadores em tempo integral nas seguintes áreas: (i) pena e crime; (ii) direito e desenvolvimento, com ênfase em negócios; e (iii) direito e desenvolvimento com ênfase em instituições do Estado de Direito e desenvolvimento político e social. O processo é aberto para mestrandos e doutorandos, em direito ou em alguma das ciências humanas. Será dada preferência aos candidatos que tenham experiência em pesquisa interdisciplinar e que já possuam vivência acadêmica em outros centros de pesquisa, nacionais ou internacionais. É indispensável o domínio da língua inglesa. As inscrições deverão ser encaminhadas unicamente por meio eletrônico até 19 de março para <csp.direitogv@fgv.br>, identificadas pelo título “Processo Seletivo para

Pesquisador na Área _____”. O edital, bem como informações adicionais, está disponível em: <<http://www.direitogv.com.br/default.aspx?PagId=HTICVQTP&ID=104>>.

Fullbright: programa oferece bolsa nos EUA a professores ou pesquisadores

A Fullbright abriu inscrições para a concessão de até vinte bolsas nos EUA a professores ou pesquisadores brasileiros. As bolsas possuem valor mensal de US\$ 3.000 e são concedidas por um período de até quatro meses. Além disso, os beneficiários recebem auxílio instalação (US\$ 3.000), seguro saúde, e passagem aérea de ida e volta. A data limite de envio de candidaturas é 31 de março de 2009. Para mais informações, acessar: <<http://www.fulbright.org.br/bolsas14>>; ou enviar e-mail para <rejanian@fulbright.org.br>.

Fundação Ford abre seleção na área de direitos humanos e cidadania

A Fundação Ford abriu inscrições para o processo seletivo para o cargo de oficial de programas na área de Direitos Humanos e Cidadania no Chile. Os candidatos devem apresentar formação em Ciências Sociais ou Direito, experiência na área de direitos humanos, conhecimentos sobre a sociedade, cultura e história latino-americana, inglês e espanhol fluentes habilidade estratégica e analítica. Os interessados devem enviar currículo e carta de apresentação até 31 de março, para 320 East 43 Street, New York, NY, 10017-4890, a/c Sheila Gordon.

Chamada de trabalhos para conferência sobre crise financeira

Está aberta a chamada de trabalhos para a Conferência “Integração global de mercados e crise financeira”, que ocorrerá nos dias 12 e 13 de julho, em Hong Kong, sob organização da “International Review of Finance”, em conjunto com o Centro sobre Mercados Financeiros Asiáticos, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong e a Faculdade de Administração Cheung Kong. No evento, serão abordados temas como sistema bancário e mercado de créditos; regulação de mercado financeiro; e

transparência e liquidez de mercado. Os autores dos trabalhos selecionados estarão isentos de despesas com acomodação e passagem. As inscrições devem ser feitas até 1º de abril de 2009 por meio do site <<http://mc.manuscriptcentral.com/irfi>>. Para mais informações, ver: <www.blackwellpublishing.com/irfi>.